

UMA PASSAGEM ENIGMÁTICA DOS *TÓPICOS* DE ARISTÓTELES¹

Marcio Chaves-Tannús*

RESUMO

O quarto capítulo dos *Tópicos* de Aristóteles contém uma afirmação surpreendente. Ela aparece, pela primeira vez, no início do segundo parágrafo e é repetida ao final do capítulo. Nas duas ocasiões, Aristóteles declara que os problemas das deduções dialéticas são iguais em número e natureza às premissas. No presente trabalho, na tentativa de entender o significado exato da declaração aristotélica, bem como testar a correção do que diz, realiza-se uma análise do primeiro e do quarto capítulo dos *Tópicos*. A tese resultante é a de que a identidade postulada por Aristóteles é possível, desde que se abandone, porém, os limites de um único argumento. No final, com base no que se obteve do exame anterior, são apresentadas propostas de solução a três outras interessantes questões da Lógica Aristotélica.

Palavras-chave: História da Lógica. Aristóteles. *Tópicos*. Dedução dialética.

RÉSUMÉ

Le quatrième chapitre des *Topiques* d'Aristote contient une déclaration surprenante. Elle apparaît, pour la première fois, au début du deuxième paragraphe et est répétée à la fin du chapitre. Dans les deux cas, Aristote affirme que les problèmes des déductions dialectiques sont égaux, en nombre et en nature, aux prémisses. Dans ce travail, en essayant de comprendre le sens exact de la déclaration aristotélicienne, ainsi que de tester la correction de ce qu'il dit, on fait une analyse du premier et du quatrième chapitre des *Topiques*. La thèse qui en résulte : l'identité postulée par Aristote est possible, mais uniquement si on abandonne les

* Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo-USP. Professor da Universidade Federal de Uberlândia. *E-mail:* mctannus@ufu.br

¹ Na sequência, farei uso frequente de informações retiradas de dois artigos meus, um publicado em 2002 e o outro em 2003. Ambos incluídos nas referências desse artigo.

limites d'un seul argument. À la fin, basé sur ce qu'on obtient de l'examen précédent, on présente des propositions de solution à trois autres questions intéressantes de la Logique d'Aristote.

Mots-clefs: Histoire de la Logique. Aristote. *Topiques*. Dédution dialectique.

O texto dos *Tópicos* de Aristóteles, assim como hoje o conhecemos, começa com o seguinte parágrafo:

O presente tratado se propõe encontrar um método que nos torne capazes de, apoiando-nos em ideias admitidas, raciocinar dedutivamente sobre todos os temas que se possam apresentar, como também, quando tivermos nós mesmos que responder por uma afirmação, de nada falar que lhe seja contrário. É preciso, então, começar dizendo o que é um raciocínio dedutivo e quais são as suas variedades, para fazer compreender a natureza da dedução dialética; pois, com efeito, é essa última que é o objeto das investigações do tratado que se propõe compor (*Tóp.* I, 1, 100a, 18-4)².

Nesse primeiro parágrafo são enunciados a natureza do texto (tratado), seu objetivo (encontrar um método) e seu objeto (a dedução dialética). Além disso, o autor identifica o seu objeto como uma das variedades do raciocínio dedutivo e enumera as seguintes características do método que ele visa encontrar: (i) tornar-nos capazes de raciocinar dedutivamente sobre todos os temas que se possam apresentar; (ii) apoiando-nos em ideias admitidas e (iii) habilitar-nos a nada dizer de contrário às próprias afirmações anteriores.

Basicamente, as duas primeiras características dizem respeito ao papel a ser desempenhado, no confronto dialético, pelo perguntador, e a última concerne, em primeira linha, ao respondedor. Tais confrontos dialogados tinham início com a apresentação, pelo perguntador, de um problema, em forma de pergunta, admitindo duas, e apenas duas, respostas

² A edição adotada como referência, neste e nos demais trechos citados, será a de Jacques Brunschwig, também ela mencionada na bibliografia ao final deste trabalho. As traduções do francês para o português são de minha autoria.

contraditórias. A réplica do respondedor, que deveria ser necessariamente o resultado da escolha de uma das duas alternativas e, ainda, expressar uma opinião admitida, tão logo articulada, transformava-se na tese a ser atacada pelo que pergunta e defendida por aquele que responde.

Algumas páginas mais à frente, após ter exposto e comparado as variedades do raciocínio dedutivo e esclarecido a utilidade de seu tratado, Aristóteles volta, nos capítulos três e quatro, ao método³. No terceiro capítulo ele procura estabelecer os limites do objetivo que deseja alcançar. No quarto ele lista os elementos constitutivos do método a ser encontrado, salienta a sua importância, afirma que entre os elementos que constituem um argumento – as premissas – e os objetos a que o argumento se refere – os problemas – há uma identidade quanto ao número e quanto à natureza, depois descreve os objetos – premissas e problemas – com os quais o método se ocupará, destacando, primeiro, os aspectos em que tais objetos seriam idênticos e, em seguida, as diferenças entre eles, para, finalmente, concluir o capítulo repetindo e reforçando a afirmação de que premissas e problemas seriam idênticos quanto ao número e à natureza.

O enigma que pretendo analisar e para o qual tentarei propor uma solução é a reiterada declaração de Aristóteles em que postula uma identidade – ainda que parcial – entre premissas e problemas. A exata percepção da natureza enigmática e aparentemente absurda e incompreensível do postulado aristotélico⁴ requer dados adicionais a serem extraídos de um comentário explicativo que acompanhará o quarto capítulo. Vejamos, então, o que Aristóteles escreve no referido capítulo ou, mais precisamente, nas partes dele que aqui nos interessam:

Devemos examinar, de início, quais são os elementos constitutivos de nosso método. Se pudéssemos, por um lado, captar o número e a natureza dos objetos a que dizem respeito os argumentos e identificar seus elementos constitutivos e, por outro lado, encontrar os meios de estar suficientemente providos de tais objetos, poderíamos considerar o nosso programa como adequadamente cumprido.

³ De I, 3, 101b, 5 a I, 4, 101b, 36. Na edição de Brunschwig, da metade da p. 4 até o início da p. 6.

⁴ Cf. Brunschwig, p.121, nota 1 à p. 6 de sua edição dos *Tópicos*.

Entre os elementos que constituem os argumentos e os objetos a que se referem as deduções, existe uma identidade de número e de natureza. Com efeito, os elementos constitutivos dos argumentos são as premissas, os objetos a que se referem as deduções são os problemas. E toda premissa, como todo problema, exhibe ou um gênero, ou um próprio, ou um acidente... Mas, como às vezes ocorre a um próprio exprimir o essencial da essência de seu sujeito e outras vezes não, dividamos o próprio em duas partes correspondentes e chamemos “definição” aquela que exprime o essencial da essência e, quanto à outra, reservemos a ela o nome de “próprio”, que é atribuído indiferentemente às duas. Fica, portanto, bem visível, em virtude dessas considerações, que a presente divisão resulta em quatro termos ao todo: próprio, definição, gênero e acidente. Que ninguém, todavia, se engane. Nós não dizemos que cada um desses quatro termos constitui, por si mesmo, uma premissa ou um problema ... Mas, existe, entre um problema e uma premissa, uma diferença na expressão. Com efeito, se dissermos “*Animal terrestre bípede* é a definição de homem?”, ou ainda, “*Animal* é gênero de homem?”, é uma premissa. Mas, se dissermos “Pode-se dizer que *animal terrestre bípede* é a definição de homem ou não?”, isso é um problema. E da mesma forma, nos outros casos. Consequentemente, é muito natural que problemas e premissas sejam idênticos quanto ao número, visto que de toda premissa pode-se fazer um problema, substituindo simplesmente uma expressão pela outra (*Tóp.* I, 4, 101b, 11-36).

De acordo com Aristóteles, portanto, são dois os componentes do método que o tratado dos *Tópicos* pretende expor: (i) captar o número e a natureza dos objetos a que se referem os argumentos (os problemas), bem como identificar os elementos de que são constituídos e (ii) encontrar os meios de jamais estar em falta desses objetos. Após enumerá-los, ele acrescenta que, se pudéssemos encontrar esses meios, identificar esses elementos e captar o número e a natureza dos referidos objetos, nosso programa poderia ser tido como adequadamente realizado. A função do acréscimo é nitidamente a de explicitar a relevância dos aludidos componentes e indicar a trajetória que nos conduziria ao fim almejado (encontrar um método).

No comentário supra ao parágrafo primeiro dos *Tópicos* foi dito que um debate dialético começava com a colocação de um problema, em forma de pergunta, e que a réplica do respondedor, uma vez articulada, transformava-se na tese a ser atacada, pelo perguntador, e defendida, pelo respondedor, no decorrer do debate. Dessa maneira, no caso em que o perguntador perdesse a contenda, a conclusão do diálogo seria a tese, não refutada, assumida pelo respondedor no começo da disputa. Se o perguntador ganhasse, a conclusão seria a negação da tese inicial. Observe-se que essas duas alternativas coincidem com as duas respostas possíveis, requeridas pela questão apresentada pelo problema. Respostas não só previstas pelo problema, mas, sobretudo, indissociáveis da pergunta que o exprime e, como tais, podendo ser consideradas como partes integrantes dele.

Uma vez enunciada a questão e escolhida uma das duas respostas, ocorria o confronto propriamente dito, ou seja, a busca, pelo perguntador, de premissas que viabilizassem a refutação da tese do adversário e a tentativa, por parte do respondedor, de evitar que as procuradas premissas fossem de fato estabelecidas. Por isso, para Aristóteles, os elementos constitutivos de uma dedução dialética são as premissas⁵. E elas, segundo ele, são idênticas em número e natureza aos problemas. Isso significa que os componentes de um argumento dialético são as premissas que podem ser problemas que, por sua vez, incluem, como vimos, além do tema, a conclusão do debate e a sua contraditória.

Voltemos agora aos componentes do método enunciados por Aristóteles na abertura do capítulo quatro e abordados no primeiro parágrafo deste comentário, a ele atinente. Reformulando-os, com base em informações adquiridas desde então, poderíamos dizer que os dois elementos constitutivos do método são: (i) captar o número e a natureza dos problemas que poderiam, também, ser premissas, já que são idênticos, justamente em número e natureza, assim como identificar os elementos de que eles (os problemas) e elas (as premissas) são constituídos e (ii) encontrar os meios de estar suficientemente providos de tais problemas e premissas. Note-se, ainda, que quatro dos elementos que constituem os problemas e as premissas já foram identificados, a saber: o próprio, a

⁵ Cf. I, 4, 101b, 15-16 ou a segunda frase do cap. 4, acima citado.

definição, o gênero e o acidente. Assim reformulados, os componentes do método facultam, sem dúvida, um entendimento mais claro e mais preciso das metas perseguidas por Aristóteles.

Resta-nos examinar a pertinência do postulado aristotélico que declara idênticos problemas e premissas, no tocante ao número e à natureza. Começemos com uma dificuldade oriunda da diversidade funcional existente entre o problema e as premissas de um único argumento⁶. Como se trata, no caso do argumento dialético, de uma dedução, o próprio Aristóteles expressa – com o intuito de evitar que, do ponto de vista da dialética, a conclusão seja mais forte que as premissas – a exigência de que o grau de admissão das premissas seja maior que o da conclusão⁷, estabelecendo, assim, por via indireta, uma inelutável diferença, quanto à natureza, entre as premissas e o problema de um mesmo argumento.

Mas, como poderemos verificar a seguir, as dificuldades não se restringem à afirmação de identidade quanto à natureza. A identidade numérica, também, é problemática e mesmo inviável, se nos mantivermos no âmbito de um único argumento. Isso porque, para negar-se a verdade da resposta à pergunta do problema, ou para evitar-se que ela seja negada, poderá ser preciso recorrer a um número considerável de premissas⁸. Se, porém, houvesse, como afirma Aristóteles, uma identidade numérica entre as premissas e o problema, haveria entre elas e ele uma correspondência biunívoca, ou seja, a cada premissa corresponderia um, e um único, problema e a todo problema corresponderia uma, e apenas uma, premissa.

Essas duas dificuldades cessarão, entretanto, de vigorar – e com elas o caráter enigmático e aparentemente incompreensível do postulado aristotélico – se pudermos mostrar que Aristóteles, embora não o anuncie, necessariamente pressupõe que a identidade entre premissas e problemas somente poderá ocorrer além dos limites demarcados por um único argumento. Para tanto, basta verificar o que acontece a cada vez que transformamos uma premissa em problema, ou um problema em premissa.

⁶ Diversidade visível na diferença das expressões que permitem identificar respectivamente o problema e as premissas do argumento. Cf. I, 4, 101b, 28-34 ou últimas frases do cap. 4, acima citado.

⁷ Cf. VIII, 5, 159b, 9-23.

⁸ No mínimo duas, no caso de ocorrer uma refutação, uma vez que essa é a quantidade de premissas que contém a forma canônica de um argumento refutativo, o *élenchos*.

Operação cuja viabilidade estará, de resto, sempre garantida pela aludida correspondência biunívoca, decorrente da igualdade numérica, postulada pelo estagirita, entre as premissas e os problemas. Começemos, então, com a transformação de uma premissa em problema.

Toda premissa, uma vez transformada em problema, abandona os limites de seu próprio argumento, tornando-se o ponto de partida, a origem, de um novo debate dialético. Como premissa ela serve para fundamentar a conclusão de um argumento. Como problema ela fornecerá, além do tema, tanto a conclusão do novo argumento, como a sua contraditória. Resultado particularmente importante, porque mostra que para Aristóteles, por princípio, nada impede que uma proposição p qualquer seja premissa de um argumento e conclusão de outro, pois o fator que determina, de modo exclusivo, se p é uma conclusão ou uma premissa é a função por ela exercida no contexto de um argumento dado. Vejamos, a seguir, o que acontece quando transformarmos um problema em premissa. Se permanecermos no âmbito de um único argumento, haverá dois casos possíveis.

Consideremos primeiro aquele em que a resposta dada à pergunta da premissa seja idêntica à escolhida pelo respondedor para o problema anteriormente colocado. Uma operação como essa criaria um impasse e teria que ser abandonada pelas seguintes razões: (i) o perguntador é obrigado, pelas regras do debate dialético, a acatar a alternativa de resposta escolhida por seu adversário e (ii) ele é obrigado, também, pelas mesmas regras, a tentar refutar o respondedor. Ora, se o perguntador acatar a resposta de seu adversário ele automaticamente abdica da tentativa de refutá-lo, pois estaria, dessa forma, aceitando a tese do contendor. Se o perguntador, entretanto, insistir em tentar refutar o seu adversário, ele estará interdito de acatar a resposta escolhida para a premissa, pois ela é a tese que ele deveria procurar refutar. Nesse caso, só poderemos superar o impasse transformando o problema de um debate na premissa de um outro e impondo, como condição adicional, a necessária diversidade dos dois problemas envolvidos.

Consideremos agora o segundo caso. Aquele em que a resposta dada à pergunta da premissa seja diferente da escolhida pelo respondedor para o problema anteriormente colocado. Ele só poderá ocorrer se o perguntador conseguir recolocar o problema em forma de premissa,

evitando que o respondedor perceba que se trata de duas formas diferentes de uma mesma pergunta. Isso porque as regras do debate dialético constroem o respondedor, no âmbito de um mesmo argumento, a escolher, para uma mesma pergunta, apenas uma das duas alternativas que se contradizem. Admitamos, contudo, que o perguntador seja bem sucedido e que a resposta almejada por ele, para a premissa, seja outra que não aquela dada ao problema. Nessas circunstâncias, o respondedor estaria sendo inequivocamente enganado, fato que, também, caracterizaria um procedimento vedado aos debatedores pelas regras da dialética aristotélica⁹. Aqui, mais uma vez, só poderíamos superar o impasse rompendo os limites de um único argumento, transformando o problema de um debate em uma das premissas de outro¹⁰.

Ao terminar o exame da transformação de uma premissa em problema, chamei a atenção para o fato de que na dialética aristotélica, por princípio, nada impede que uma proposição p qualquer seja premissa de um argumento e conclusão de outro, pois o fator que determina, de modo exclusivo, se p é uma conclusão ou uma premissa é a função por ela exercida no contexto de um argumento dado. Agora poderemos, apoiando-nos nos dois parágrafos antecedentes, acrescentar que as regras do debate dialético, assim como Aristóteles o concebeu, vedam a uma mesma proposição p qualquer a possibilidade de desempenhar, no interior de um mesmo argumento, ambos os papéis, o de conclusão e o de premissa. Concluindo, não é seguramente desprovido de interesse observar que esse último acréscimo concede-nos uma razão suficiente para esclarecer por que, no primeiro capítulo dos *Tópicos*¹¹, ao fornecer uma definição para o argumento dedutivo, Aristóteles tenha exigido que a conclusão seja distinta das premissas que a antecedem¹².

⁹ Cf. VIII, 11, 161b, 11-18. Para as demais regras mencionadas as fontes não foram fornecidas por se tratar de regras óbvias, de conhecimento generalizado e sem as quais não haveria debate.

¹⁰ Note-se que a cada debate dialético corresponde sempre um, e apenas um, argumento particular, e vice-versa.

¹¹ Cf. I, 1, 100a, 25-27. Na edição de Brunschwig, na primeira frase do segundo parágrafo da p. 1.

¹² Razão a ser considerada, todavia, apenas para a definição dos *Tópicos*.

Referências

ARISTOTE. *Topiques*. Texte établi et traduit par Jacques Brunschwig. Tome I. Livres I-IV. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

CHAVES-TANNÚS, M. Algumas questões relativas à dialética aristotélica. *Educação e Filosofia*, v. 16, n. 32, p.11-29, jul./dez. 2002.

CHAVES-TANNÚS, M. Algumas questões adicionais relativas à dialética aristotélica. *Educação e Filosofia*, v. 17, n. 34, p. 13-33, jul./dez. 2003.

Data de registro: 13/11/2012

Data de aceite: 23/01/2013